

CONTRACEPTIVOS HORMONAIS E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Laysa Sousa de Jesus¹, Marina Matias Neves¹, Rebecca Mattos Nascimento¹, Fabio da Silva Mattos².

¹ Acadêmicas do curso de Enfermagem do Centro Universitário Multivix - Vila Velha.

² Enfermeiro Mestre em Ciências Fisiológicas – Docente Multivix Vila Velha.

RESUMO

Os anticoncepcionais hormonais possuem um papel crucial na saúde reprodutiva das mulheres ao longo das últimas seis décadas, proporcionando autonomia sobre suas escolhas reprodutivas. No entanto, a falta de conhecimento sobre os métodos contraceptivos e seus impactos negativos na saúde ainda é alarmante. Este estudo tem como objetivo abordar sobre a conduta do enfermeiro na prescrição dos contraceptivos hormonais e o planejamento reprodutivo na atenção primária. Portanto, utilizou-se uma abordagem quantitativa exploratória por meio de revisão narrativa, com seleção de 11 artigos e 1 resolução publicados entre 2019 e 2024, obtidos em bases de dados como BVS, SciELO, JMPHC e no site oficial do COFEN. Os resultados revelam que a atuação qualificada dos enfermeiros é fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, já que estes profissionais são responsáveis por fornecer informações precisas e personalizadas sobre os reguladores, considerando o contexto social e as necessidades individuais das pacientes. A pesquisa também destaca a relevância da educação em saúde e da orientação contínua, evidenciando que a autonomia na escolha dos métodos está diretamente relacionada ao acesso à informação e ao suporte adequado. Por fim, a pesquisa conclui que é essencial a construção de políticas de saúde que garantam a equidade no acesso ao planejamento reprodutivo, além de um fortalecimento das competências dos enfermeiros, contribuindo para a melhora da qualidade de vida das mulheres e a eficácia na utilização dos anticoncepcionais hormonais. Palavras-Chave: anticoncepcionais; atenção primária à saúde; prescrição; planejamento familiar; enfermeiro.

1. INTRODUÇÃO

Os anticoncepcionais estão presentes na sociedade há mais de 60 anos e o

impacto causado na saúde reprodutiva das mulheres foi muito significativo, pois através da contracepção, a mulher passou a exercer uma maior autonomia sobre seu próprio corpo, tendo em vista a alta eficácia dos medicamentos, quando se é administrado corretamente. No entanto, os conhecimentos básicos a respeito dos métodos de prevenção e como eles podem afetar negativamente seu organismo, prejudicando sua qualidade de vida e sexualidade, são muito baixos (Santos *et al.*, 2021).

Nesse sentido, evidencia-se que os reguladores, possuem diferentes mecanismos de ação, podendo causar uma inibição na liberação do óvulo, impedindo que o mesmo seja fecundado, assim como o espessamento do muco cervical, impossibilitando conseqüentemente, a passagem do espermatozoide até o ventre, devido às alterações no revestimento do útero, gerando um ambiente desfavorável para uma gravidez. É importante destacar que, os anticoncepcionais podem ser divididos em duas classes, sendo os contraceptivos reversíveis de curta ação (SARCs) e os contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs) (Caliman *et al.*, 2023).

Dessa forma, sobre a preferência dos modelos de prevenção, os LARCs possuindo essa funcionalidade, estão na forma de implante subcutâneo e DIU, sendo os mesmos indicados para mulheres que não pretendem engravidar momentaneamente, causando menos danos ao organismo. Já os SARCs por ter uma ação mais curta, são os anticoncepcionais hormonais orais (ACHO) e os preservativos, no entanto, nestes métodos, é necessária uma maior regularidade nas administrações, sendo capaz de causar mais efeitos negativos ao corpo da mulher, dessa forma, considera-se todos esses fatores durante a escolha do contraceptivo (Nascimento; Costa, 2023).

No Brasil, observa-se que a saúde reprodutiva progrediu em conjunto com a urbanização, a industrialização e o avanço da educação, impulsionada pelos avanços científicos e tecnológicos. Assim, torna-se essencial a criação e implementação de políticas de saúde voltadas para o público feminino, possibilitando um acesso mais personalizado, focado nas necessidades específicas das mulheres, em vez de priorizar seus parceiros. Isso resultou em um aumento da necessidade de exames rotineiros, consultas com enfermeiros e suporte psicossocial (Ferreira; Ramos; Teixeira, 2021).

No entanto, considerando o contexto atual do Brasil e as diferenças socioeconômicas da sociedade, a desigualdade está ainda muito presente, principalmente, quando se trata de oportunidades e acesso à saúde. Os anticoncepcionais nomeados como LARCs não são facilmente acessados por populações com maior vulnerabilidade social, por isso, são mais utilizados por

mulheres que possuem uma renda financeira significativa e um nível de escolaridade superior. Desse modo, a escolha para os medicamentos categorizados como SARCs se tornaram mais comuns para o restante da população, mesmo possuindo um índice maior de efeitos negativos no organismo (Araújo; Abreu; Felisbino-Mendes, 2023).

Conceitualmente, o sentido do planejamento reprodutivo é uma ação que visa auxiliar casais de forma consciente, no que diz respeito ao intervalo entre as gestações e até mesmo no desejo de ter ou não filhos. Dessa forma, isso envolve a necessidade de ter acesso às informações, a admissão aos serviços de saúde reprodutiva e a métodos de prevenção de concepção, o que permite, a mulher ter controle sobre a sua fertilidade. Todavia, esse controle está ligado diretamente com os diversos tipos de reguladores de natalidade disponíveis, além de incluir o aconselhamento sobre a saúde sexual e reprodutiva (Martins *et al.*, 2022).

É fundamental destacar, que o ato de prescrever medicamentos torna o profissional cada vez mais autossuficiente em seu trabalho, sendo essa, uma grande conquista da enfermagem. Sendo respaldado por leis e resoluções e se tornando fundamental para o monitoramento tanto individual quanto coletivo das pacientes. Logo, essa ação de prescrição de medicamentos, solicitação de exames e o encaminhamento dos usuários a outros serviços de saúde, são funcionalidades do enfermeiro, possuindo os limites legais para a prática, bem como os programas de saúde pública e as diretrizes aprovadas por instituições sendo elas públicas ou privadas (COFEN, 2023).

Em síntese, o enfermeiro tem como atribuições no processo de programação reprodutiva, a promoção da educação sexual, aconselhamento familiar, avaliação da saúde, prescrição e administração de medicamentos, a oferta do apoio psicológico, monitoramento e o encaminhamento. Como consequência, garante assim, o acesso integral à saúde, para que, eventualmente, quando o casal se decidir por ter um bebê, os possíveis problemas que essa mulher pode enfrentar, sejam diminuídos, como por exemplo, a redução das chances de complicações durante a gravidez e o parto (Bomfim *et al.*, 2024).

A temática deste estudo justifica-se então, pela consideração das complicações de saúde, em decorrência ao uso errôneo dos anticoncepcionais, principalmente quando se é utilizado por um longo período, onde pode ocorrer algumas intercorrências, sendo as mais comuns a trombose venosa, acidente vascular cerebral (AVC), infarto, dentre outros distúrbios (Da Silva Carrias *et al.*, 2019). Dessa forma, nota-se que o histórico familiar da paciente é muitas vezes negligenciado durante a escolha de um método contraceptivo, o que pode resultar em consequências negativas e dificultar o processo de reprodução. Portanto, esse estudo, tem como objetivo abordar sobre a conduta do enfermeiro na prescrição dos

contraceptivos hormonais e o planejamento reprodutivo na atenção primária.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DOS CONTRACEPTIVOS HORMONAIS: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS

A descoberta e a compreensão dos hormônios sexuais, como o estrogênio e a progesterona, geraram a criação e a implementação dos anticoncepcionais apenas no início do século XX, essa inovação foi crucial para o desenvolvimento dos contraceptivos. No entanto, no Brasil, essa novidade chegou nas décadas de 1960, sendo inicialmente prescrita somente para mulheres casadas, visto que naquela época, o intuito era somente auxiliar a mulher durante a gestação e o parto, e não promover a prevenção de gravidez (Santos *et al.*, 2021).

Em 1996, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que tinha como propósito, assegurar uma abordagem sistêmica à saúde, evidenciando questões como a prevenção de doenças, incluindo a saúde reprodutiva. Além disso, fortaleceu as diretrizes de seu antecessor, o Programa Nacional de Atenção Integral da Mulher (PAISM). Dessa forma, ajudou a ampliar o acesso aos reguladores de natalidade, em todo território nacional, tornando-se mais acessível para mulheres de diversos grupos socioeconômicos (Mauro; Cucolo; Perroca, 2023).

Posteriormente, houve um grande avanço nas pesquisas a respeito desses medicamentos ao longo dos anos, fazendo com que a partir disso, surgissem diversos tipos de modelos de prevenção de concepção. Por consequência, a adesão foi expressiva, principalmente, pela introdução da mulher ao mercado de trabalho e pelo fato de que, os casais estão optando por ter cada vez menos filhos, seja por fatores econômicos ou por planejamento familiar, o que causou uma queda significativa na taxa de natalidade no país (Araújo; Abreu; Felisbino-Mendes, 2023).

Na atualidade, existe uma ampla gama de contraceptivos hormonais, isso inclui as pílulas de anticoncepcional oral combinado (composta por estrogênio e progesterona) ou não combinado (composta por progesterona), as quais são tomadas diariamente. Os adesivos contraceptivos, trocados semanalmente, os anéis vaginas que permanecem por até três semanas, a injeção hormonal, que é administrada mensalmente ou a cada três meses, o implante subcutâneo inserido sobre a pele e que possui longa duração e por fim, o dispositivo intrauterino hormonal (DIU), que é introduzido no útero da mulher, possuindo também uma longa durabilidade (Bomfim, *et al.*, 2024).

Considerando todos esses aspectos, os modelos de controle de fertilidade dispõe de alguns benefícios, como por exemplo: a redução de cistos ovarianos, a

queda da incidência de doenças mamárias benignas e a de gestações ectópicas. Da mesma forma, também ocorre em relação às doenças inflamatórias pélvicas (DIP) e a melhora de alguns sintomas pré-menstruais, como a diminuição do fluxo menstrual e sendo também, uma forma de tratamento para pacientes com o diagnóstico de endometriose, pois o mesmo age no organismo, bloqueando a produção de hormônios como o estrogênio, que estimulam o crescimento do tecido endometrial, diminuindo conseqüentemente, as lesões presentes (Moraes *et al.*, 2020).

Em contrapartida, o uso indiscriminado desses medicamentos, apresentou ser um sério problema na saúde pública, em especial, em populações mais vulneráveis, considerando a desigualdade social e como isso está atrelado ao conhecimento das mulheres a todos os modelos de prevenção existentes, mesmo com a disponibilidade da maioria dos reguladores no Sistema Único de Saúde (SUS). Os dispositivos hormonais, embora apresentem uma eficácia alta, podem apresentar falha, principalmente, quando se é associado a falta do uso regular das administrações, seja qual for o modelo escolhido (Da Silva Carrias *et al.*, 2019).

Desse modo, os efeitos adversos mais comuns do uso longínquo dos anticoncepcionais são os aumentos dos riscos de doenças tromboembólicas, alterações metabólicas, hipertensão arterial, ganho excessivo de peso, acidente vascular cerebral (AVC) e o infarto (MORAES *et al.*, 2020). Logo, a consequência do uso frequente e sem acompanhamento por profissionais de saúde habilitados, pode gerar a perda da eficácia desses fármacos, devido ao uso incorreto, contínuo ou por interações medicamentosas, que geram uma desproteção, frente ao objetivo da utilização do regulador (Santos *et al.*, 2021).

2.2 A FISILOGIA DOS ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS

A fisiologia dos anticoncepcionais hormonais está diretamente relacionada à sua capacidade de interferir no ciclo reprodutivo feminino e esses métodos atuam por meio da administração de hormônios sintéticos, como o estrogênio e a progesterona, que mimetizam as funções naturais dos hormônios ovarianos, inibindo processos fundamentais para a fertilização, como a ovulação e a preparação do endométrio para a implantação de um óvulo fecundado, causando um ambiente desfavorável para a evolução de uma gestação (Bomfim *et al.*, 2024).

Nesse contexto, os anticoncepcionais podem ser divididos em dois grupos principais, como anteriormente citado. Ambos os métodos, agem inibindo a ovulação e o espessamento do muco cervical e causam alteração no endométrio, sendo uma opção amplamente utilizada pela sua eficácia e controle sobre o ciclo menstrual. Por isso, são indicados para mulheres que não possuem contraindicações ao uso de

estrogênio, como por exemplo, mulheres com histórico de trombose, pois o mesmo pode aumentar os riscos de coagulação sanguínea, causando prejuízos à saúde, podendo levar até a morte (Moraes *et al.*, 2020).

Além disso, destaca-se que os contraceptivos orais combinados podem ser classificados em três tipos: monofásicos, bifásicos e trifásicos. Os monofásicos são compostos por 21, 24 ou 28 comprimidos, todas com a mesma formulação e dosagem hormonal, entretanto, os bifásicos possuem a mesma composição, mas possuem duas fases de dosagem, e por fim, os trifásicos que têm três fases com diferentes dosagens hormonais. Ressalta-se que, as pílulas monofásicas são as mais utilizadas, estando disponível no SUS, onde podem ser encontrados com a composição de: (etinilestradiol 0,03 mg + levonorgestrel 0,15 mg), as minipílulas (noretisterona 0,35 mg) e a pílula anticoncepcional de emergência (levonorgestrel 0,75 mg) (Ferreira; D'Avila; Safatle, 2019).

Nesse sentido, os métodos que estão disponíveis gratuitamente no SUS são o diafragma, DIU, preservativo feminino e masculino, bem como a ligação tubária que é considerada um método muito eficaz, bem como os ACHO e os contraceptivos injetáveis. Ademais, os reguladores que contêm apenas progesterona são indicados para mulheres que não podem ou que preferem evitar o estrogênio, esses fármacos são particularmente recomendados para mulheres que amamentam ou que possuem um histórico de risco aumentado de problemas vasculares, o que causar a trombose venosa, mais comumente encontrada nas regiões das pernas, no entanto, pode ocorrer em outras áreas do corpo (Moraes *et al.*, 2020).

Dessa forma, levando em consideração todas essas informações, nota-se que esses medicamentos podem agir de diferentes formas no organismo da mulher, impedindo a ovulação com fármacos que especialmente combinam estrogênio e a progesterona, pois os mesmos fazem isso suprimindo a secreção dos hormônios FSH (hormônio folículo-estimulante) e o LH (hormônio luteinizante) pela hipófise. Sem o FSH, os folículos ovarianos não conseguem se desenvolver adequadamente, impedindo o amadurecimento do óvulo. Além disso, a ausência do pico de LH no meio do ciclo evita que o ovário libere o óvulo, bloqueando assim o principal evento do ciclo reprodutivo, a ovulação (Freitas Rezende; De Assis Vitorino, 2019).

Por conseguinte, essa alteração do muco cervical está interligada com a progesterona, onde causa mudanças significativas no muco cervical, tornando-o mais espesso e viscoso. Essa alteração atua como uma barreira física que dificulta a penetração e o movimento dos espermatozoides através do colo do útero. Dessa forma, mesmo que ocorra relação sexual durante o ciclo, a possibilidade dos espermatozoides alcançarem o útero e as trompas para fecundar o óvulo é consideravelmente reduzida, tornando-se assim, um modelo de regulação eficiente

(Ferreira; D'Avila; Safatle, 2019).

É importante salientar que a alteração do endométrio afeta diretamente o ciclo reprodutivo e o muco cervical, sendo o mesmo, a camada interna do útero. Assim, sob a influência da progesterona, o endométrio se mantém mais fino e menos receptivo à implantação de um óvulo fecundado. Dessa forma, isso significa que, mesmo que um óvulo seja fertilizado, as chances de ele se implantar no útero e iniciar uma gestação são muito menores, uma vez que o ambiente uterino não está adequadamente preparado para o desenvolvimento de uma gestação (Souza *et al.*, 2022).

Adicionalmente, a redução da motilidade das trompas de falópio é outro efeito importante dos anticoncepcionais, pois o mesmo diminui a motilidade das trompas, que são responsáveis por transportar o óvulo do ovário ao útero. A redução da capacidade de movimento dessas trompas dificultam o caminho que o óvulo precisa percorrer para ser fecundado. Assim, mesmo que ocorra a liberação de um óvulo, a chance dele encontrar um espermatozoide e resultar em uma fecundação é significativamente reduzida, logo, essa motilidade prejudicada é um fator contribuinte para o não desenvolvimento de concepção (Brito; Nobre; Vieira, 2011).

Em suma, a compreensão dos anticoncepcionais hormonais envolve aspectos essenciais como a absorção, distribuição, metabolização e excreção dos hormônios, que influenciam no seu tempo de ação e eficácia. Dessa forma, métodos orais são rapidamente absorvidos e metabolizados pelo fígado, enquanto dispositivos intrauterinos e implantes subdérmicos liberam hormônios de forma gradual, proporcionando proteção prolongada. Salienta-se, que cada regulador possui características distintas, permitindo que a mulher escolha a melhor opção contraceptiva que se adapte às suas necessidades e programação de vida (Ferreira; D'Avila; Safatle, 2019).

3. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

Esse estudo consiste em uma revisão de literatura, tendo como natureza de pesquisa produzir uma pesquisa básica, de caráter narrativo, com enfoque quantitativo. Dessa forma, utilizou-se como base de análise para atingir os objetivos do projeto a pesquisa exploratória, utilizando os descritores escolhidos para o andamento do estudo a revisão bibliográfica. Portanto, tendo como norteamento para a seleção dos artigos os descritores em saúde "anticoncepcionais", "atenção primária à saúde", "prescrição", "planejamento familiar" e "enfermeiro", onde foram conseguidos através das plataformas digitais, BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), a SciELO (Scientific Electronic Library Online), o Journal of Management & Primary

Health Care (JMPHC).

Após aplicação dos descritores em saúde foram encontrados 17.425 artigos ao todo nessas plataformas, onde após a aplicação dos parâmetros de inclusão, que são os materiais publicados entre os anos de Janeiro de 2019 a Novembro de 2024, que estejam integralmente na língua portuguesa, originais e não pagos. Logo, restaram-se desprezados nos critérios de exclusão os artigos publicados em períodos distintos de 2019 a 2024, juntamente com os artigos em língua estrangeira, artigos que não fossem originais e artigos pagos. É importante ressaltar que houve a utilização de uma resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que foi pertinente para embasar o resultado e a discussão, onde a mesma foi publicada no site oficial do COFEN. Dessa forma, foram selecionados 11 artigos e 1 resolução, para a elaboração e desenvolvimento dos resultados e discussão do presente estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa desenvolvida e no levantamento bibliográfico, foram selecionados 11 artigos e 1 resolução, nos quais estão sendo apresentados na tabela a seguir, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, para melhor visualização e discussão dos resultados.

Tabela 1: artigos selecionados

NOME DO ARTIGO/ AUTORES	OBJETIVO	RESUMO
Consulta de enfermagem em planejamento reprodutivo: validação de cenário e checklist para o <i>debriefing</i> . Débora Figueira Ramos <i>et al</i> , 2022.	Desenvolver e validar um cenário, juntamente com seu checklist para o <i>debriefing</i> , voltado para as consultas de enfermagem no contexto do planejamento reprodutivo.	Este trabalho descreve a criação e a confirmação de um cenário clínico para a realização de consultas de enfermagem, para o desenvolvimento do planejamento reprodutivo, juntamente com um checklist para orientar o <i>debriefing</i> . A pesquisa contou com a participação de especialistas para validar o material, visando aprimorar a formação e a prática dos enfermeiros, concentrando-se na segurança e excelência do cuidado reprodutivo na atenção básica.
Autonomia do enfermeiro no exercício das práticas de enfermagem na atenção primária à saúde. José Jorge da Silva	Compreender a autonomia do enfermeiro quanto às suas responsabilidades normativas e legais no exercício das práticas de enfermagem na Atenção Primária à	Esta pesquisa aborda a independência profissional da enfermagem no contexto da Atenção Primária Saúde (APS). Em que discute os obstáculos e possibilidades para expandir a área de trabalho dos enfermeiros, ressaltando sua relevância na promoção da saúde e no atendimento holístico, mesmo diante

Galvão <i>et al</i> , 2024.	Saúde.	das limitações impostas por normas e políticas institucionais.
Efeitos adversos e a descontinuação do uso de anticoncepcionais orais. Daniela Diniz Martins da Silva, Elisa Costa Versiani dos Anjos e Mucio Barata, 2023.	Explorar o uso de anticoncepcionais orais entre estudantes de uma Instituição de Ensino Superior privada, conhecer as características do uso, averiguar se houve descontinuação e os aspectos dessa possível descontinuação.	Este estudo visa analisar os efeitos colaterais dos anticoncepcionais orais, o que como consequência, contribui para a interrupção do regulador, gerando uma possível gestação não planejada.
Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil. Gabrielle Almeida Rodrigues <i>et al</i> , 2023.	Analisar os registros referentes à consulta de planejamento reprodutivo e a inserção do dispositivo intrauterino realizadas por enfermeiros e médicos na Atenção Primária à Saúde do Brasil, no ano de 2021.	Este estudo aborda a atuação de médicos e enfermeiras na inserção do dispositivo intrauterino (DIU) no Brasil, destacando a importância do planejamento reprodutivo como parte essencial da saúde pública. Discute-se a capacitação dos profissionais de saúde para realizar a inserção do DIU, incluindo o papel ampliado das enfermeiras na promoção do acesso a métodos contraceptivos.
Ações inovadoras desenvolvidas por enfermeiras na Atenção Primária à Saúde. Iria Barbara de Oliveira <i>et al</i> , 2022.	Aprender as dimensões do processo de trabalho relacionadas às ações inovadoras desenvolvidas por enfermeiras na Atenção Primária à Saúde.	Este estudo mostra que a inovação desempenha um papel crucial nas contínuas mudanças na Atenção Primária à Saúde (APS). Também revelou o comprometimento das enfermeiras em exercer suas funções em diversas áreas relacionadas ao conhecimento prático da profissão.
Uso de contracepção e desigualdades no planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. Raquel Elias da Trindade <i>et al</i> , 2021.	Estimar a prevalência do uso de métodos contraceptivos (MC) entre mulheres brasileiras em idade reprodutiva, com base em diferentes variáveis sociodemográficas.	Este estudo analisa as diferenças na disponibilidade de métodos contraceptivos no Brasil, destacando as desigualdades sociais e econômicas regionais que impactam no planejamento familiar das mulheres. Os resultados indicam que mulheres com menores recursos financeiros e menos educação enfrentam desafios significativos ao gerir a sua fertilidade, realçando a importância urgente de políticas governamentais que garantam o acesso equitativo aos meios contraceptivos.
Acompanhamento da inserção de dispositivos intrauterinos de cobre por enfermeiros e médicos: estudo	Levantar as intercorrências, aceitabilidade e causas de descontinuação de mulheres que inseriram o dispositivo intrauterino	Esta pesquisa é uma comparação entre a atuação de enfermeiros e médicos na colocação e monitoramento de dispositivos intrauterinos (DIU) de cobre em mulheres. O estudo foi conduzido durante um período determinado,

<p>longitudinal prospectivo.</p> <p>Tatiane Herreira Trigueiro <i>et al</i>, 2020.</p>	<p>de cobre em uma maternidade de risco habitual por 1 ano.</p>	<p>seguindo pacientes desde a colocação do DIU até as consultas de acompanhamento.</p>
<p>Saúde reprodutiva e multiparidade: representações sociais e acesso ao planejamento reprodutivo.</p> <p>Alessandra Lacerda Rodrigues <i>et al</i>, 2023.</p>	<p>Analisar as representações sociais sobre a multiparidade e o acesso ao planejamento reprodutivo para mulheres múltiparas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>	<p>A pesquisa teve como objetivo investigar as opiniões sociais de mulheres que passaram por múltiplas gestações em relação à saúde reprodutiva e à disponibilidade de métodos contraceptivos. O estudo ressalta os obstáculos enfrentados devido a questões econômicas e culturais que afetam o uso de métodos contraceptivos e a autonomia reprodutiva dessas mulheres, destacando a importância de políticas públicas que garantam um acesso mais amplo e informações precisas.</p>
<p>Escolha da contracepção hormonal por mulheres assistidas na atenção primária: fatores limitantes e medo.</p> <p>Kelvin Leandro Marques Monçalves <i>et al</i>, 2023.</p>	<p>Identificar como ocorre a escolha do método, os fatores limitantes e medos que as mulheres possuem ao usar o método contraceptivo hormonal.</p>	<p>Esta pesquisa analisa os elementos que têm impactado a seleção de métodos de contracepção hormonal entre as mulheres atendidas em clínicas de cuidados primários de saúde e destaca como as preocupações e convicções sobre possíveis efeitos colaterais influenciam essa escolha. Notou-se a existência de obstáculos como a falta de dados acessíveis e o receio de consequências adversas à saúde que dificultam a adoção dos métodos contracepção hormonal.</p>
<p>Normatiza a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo.</p> <p>Conselho Federativo de Enfermagem: Resolução COFEN Nº 690/2022.</p>	<p>Descrever a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.</p>	<p>A resolução estabelece as fases do Processo de Enfermagem, a quem cabe prescrever, administrar e realizar procedimentos sobre os métodos contraceptivos e contraceptivos disponíveis no SUS, seguindo protocolos assistenciais estabelecidos.</p>
<p>Uso de métodos contraceptivos e intencionalidade de engravidar entre mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde.</p> <p>Celia Regina</p>	<p>Analisar o uso de métodos contraceptivos e intencionalidade de engravidar entre mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde.</p>	<p>Este estudo mostra a conexão entre gravidez não planejada, ambivalência e a utilização ou não de métodos contraceptivos, evidenciando a urgência de políticas públicas que assegurem não apenas a acessibilidade, mas também a diversificação das opções de métodos contraceptivos mais eficazes.</p>

Maganha e Melo <i>et al</i> , 2020.		
Desfechos da inserção do dispositivo intrauterino intervalo por obstetras e enfermeiras obstetras.	Avaliar os desfechos da inserção do Dispositivo Intrauterino de Cobre de Intervalo por obstetras e enfermeiras obstetras em um centro de parto normal Peri-hospitalar.	Os estudos evidenciam que as parteiras obstétricas apresentam elevadas taxas de êxito e baixos índices de complicações ao realizar procedimentos médicos relacionados à obstetrícia. Os resultados apontam para uma grande satisfação dos pacientes e uma efetividade contraceptiva comparável à de outros profissionais da área da saúde, ressaltando a importância do seu papel na organização do planejamento familiar.
Thalita Vital Botelho e Ana Luiza Vilela Borges, 2023.		

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2024).

Relacionando com a busca realizada, foi possível identificar que o propósito de examinar a atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais e o planejamento reprodutivo na atenção primária, pode ser ampliado ao levarmos em conta o contexto de consulta de enfermagem nessa programação.

Segundo Ramos *et al* (2022), os autores sugerem a validação de um cenário fictício e uma lista de verificação para o *debriefing* de consultas de enfermagem focadas no planejamento familiar, destacando a relevância de protocolos claramente estabelecidos e de um ambiente controlado para uma prática segura e eficiente. Esta estratégia auxilia na formação profissional, possibilitando que os profissionais aprimorem habilidades necessárias para aconselhar sobre a contracepção e o planejamento reprodutivo, incorporando elementos de aconselhamento e educação em saúde.

Nesse sentido, Galvão *et al* (2024) correlaciona a ligação entre a autonomia dos enfermeiros e a programação familiar, destacando a importância de ter profissionais qualificados e com liberdade para desempenhar as suas funções de forma eficiente na prestação de cuidados às mulheres. Pois, ao realizar a prescrição de métodos contraceptivos, esses profissionais contribuem na promoção da saúde sexual e reprodutiva das pacientes, ajudando na prevenção de gestações indesejadas, orientando-as sobre os reguladores mais adequados conforme as suas condições clínicas específicas e preferências pessoais.

De acordo com Trigueiro *et al* (2020), os autores destacam que um país que incentiva o planejamento reprodutivo, melhora os índices de educação e conhecimento e reduz as taxas de pobreza. Por isso, no Brasil, o planejamento familiar é tão importante, estando regulamentada pela Lei do Planejamento Familiar N° 9.263 de 1996, que garante que o SUS, em sua ampla rede de serviço, no que diz

respeito a programação reprodutiva, oferta a assistência a concepção e contracepção, levando em conta, a sua habilidade de informar os indivíduos sobre a finalidade dos contraceptivos.

Além disso, Almeida Rodrigues *et al* (2023) destaca o papel crucial do enfermeiro na execução e monitoramento de programas de planejamento familiar, uma vez que ao atuar dentro do programa, o profissional de saúde pode garantir o acompanhamento personalizado e contínuo da paciente, ressaltando sua habilidade em fornecer as devidas orientações a respeito do método a ser utilizado. A atuação do enfermeiro é fundamental para garantir o acesso aos serviços de saúde, aumentando a independência das mulheres na seleção dos modelos de prevenção, com uma estratégia focada na personalização do atendimento e no estímulo à educação em saúde.

Em contrapartida, Da Silva, Dos Anjos e Diniz (2023), traz luz não apenas para os benefícios dos contraceptivos, mas também, para as desvantagens, pois afirma que embora os contraceptivos hormonais ofereçam a prevenção de gestações indesejadas e o tratamento de condições menstruais específicas, tais como regulação do ciclo e a endometriose, carregam consigo também, riscos potenciais como a possibilidade de desenvolver trombose ou o aparecimento de efeitos colaterais. Portanto, reforça a ideia de que os enfermeiros devem atuar de forma proativa na avaliação das pacientes para ajudá-las a compreender tanto os aspectos positivos e negativos, garantindo que as prescrições sejam personalizadas de acordo com o histórico médico de cada mulher.

Segundo Monçalves *et al* (2023), a percepção do impacto do uso dos reguladores na função sexual das mulheres, as expectativas e as preocupações sobre a sexualidade influenciam a adesão e o contentamento com o regulador de natalidade escolhido. Já que o uso das pílulas pode provocar alterações nas principais vias metabólicas, levantando preocupações sobre a saúde das usuárias a longo prazo. Ainda salienta, que essa análise é importante para o desenvolvimento do planejamento reprodutivo, uma vez que mulheres em idade fértil precisam ser informadas não apenas sobre a eficácia contraceptiva, mas também sobre os possíveis efeitos colaterais e riscos associados ao uso contínuo desses hormônios.

Seguindo essa lógica, Melo *et al* (2020), contribui para essa discussão ao discorrer que desde que haja acesso aos recursos necessários para isso, o enfermeiro deve assegurar que a mulher opte por métodos contraceptivos mais eficazes e consistentes, diminuindo, assim, a chance de uma gestação ou efeitos colaterais indesejados. Complementarmente, as intenções relativas à concepção ou anticoncepção podem ser bastante complexas, englobando diversos fatores emocionais e psicológicos que resultam das aspirações pessoais, assim como de uma

série de influências sociais e econômicas, que incluem a comunidade, a relação com o parceiro e os valores individuais acerca da maternidade.

Esse aspecto é corroborado por Trindade *et al* (2021), que esclarece que o conhecimento sobre o uso de contraceptivos e a intenção de engravidar são influenciados por fatores sociais e econômicos, refletindo a complexidade das decisões reprodutivas. Adicionalmente, uma parte reduzida das mulheres brasileiras não recorre a um método específico por não saber onde buscar informações, a quem consultar ou por não compreender como utilizá-lo adequadamente. Logo, isso leva a crer que persistem lacunas na programação reprodutiva em nosso país, uma vez que não abrange todas as mulheres.

Em contrapartida, Lacerda Rodrigues *et al* (2023), trás um novo ponto de discussão, ao associar as representações sociais com a reprodução e como a multiparidade pode afetar o acesso ao planejamento reprodutivo. Dessa forma, a desigualdade presente no acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas vulneráveis, é uma barreira significativa que impede muitas mulheres de exercitar seu direito à saúde e de promover sua autonomia. Ainda destaca, que a descontinuidade do uso dos reguladores é um tema recorrente, pois observa-se que esse fator pode ser atribuído a experiências negativas e a falta de orientação, trazendo uma perspectiva de que essa programação reprodutiva na multiparidade é essencial.

Segundo Oliveira *et al* (2022), o profissional de enfermagem tem grande potencial na reestruturação dos serviços públicos de saúde e no fortalecimento da colaboração entre profissionais e a comunidade. As autoras ressaltam a importância de que a enfermeira esteja envolvida na criação, implementação e execução de políticas públicas, no acesso e no bem-estar da população, o que inclui o acesso a informações sobre saúde reprodutiva na APS. Para que isso ocorra é imprescindível o conhecimento do profissional sobre suas práticas e liberdades da sua atuação. Portanto, a habilidade da enfermeira em atuar como um agente sócio político, conhecedor das suas diretrizes, contribui para o fortalecimento e valorização da profissão.

Dessa forma, Trigueiro *et al* (2020), afirma que as práticas exercidas pelos enfermeiros na APS podem ser categorizadas por administrativas e assistenciais. Logo, essas ações estão baseadas na Lei do Exercício Profissional N°7.498/1986, que estabelece a legalidade das atribuições da enfermagem no país. No entanto, essa assistência irá transitar em uma proficiência mais generalista e específica, pois terá que atender a diferentes indivíduos, principalmente, pelo fato de que existem condutas privativas do enfermeiro e que não podem ser transferidas a outros profissionais, como a consulta de enfermagem e cuidados que requerem maior capacidade técnica.

Do mesmo modo, o Conselho Federativo de Enfermagem (COFEN), regulamenta por meio de sua resolução N° 690/2022, o desempenho do enfermeiro na planificação do projeto reprodutivo, destacando que o profissional pode prescrever os anticoncepcionais, sendo eles métodos de barreira, hormonais, comportamentais, de lactação, amenorreia e os dispositivos intrauterinos. Contudo, toda essa conduta, só será realizada mediante a apresentação dos exames anteriormente solicitados, na qual o enfermeiro irá se basear, dessa forma, respondendo e respeitando todos os protocolos institucionais na qual esse profissional atua, podendo mudar de uma cidade para a outra, sendo assim, deve se manter atualizado das preconizações que embasam a sua prática clínica.

Como resultado, Botelho e Borges (2023), ressaltam que o enfermeiro, para que ele possa realizar a inserção e retirada do DIU precisa ter um curso de capacitação, de forma física, em introdução, revisão e remoção do DIU, possuindo uma carga horária mínima de 70 horas, sendo 20 horas para aulas teóricas-práticas e 50 horas de práticas, com 20 implantações, sendo todas supervisionadas. Contudo, reafirma que as discussões a respeito da competência técnica do enfermeiro ainda existem, sendo comparados à prática médica, no entanto, os resultados de satisfação se mostram similares.

Nesse sentido, Trigueiro *et al* (2020) reafirma que o enfermeiro deve se habilitar para a realização de suas funções, desde de sua formação, logo, deve ser capaz de prescrever os contraceptivos hormonais, assim como diversos outros medicamentos. Dessa forma, esse profissional deve utilizar de uma atuação que promova a saúde de forma consciente, utilizando de suas habilidades durante todo esse processo de acompanhamento com o paciente, pois a sua conduta interfere na programação de vida das pessoas e na sua adaptação frente aos fármacos prescritos para o controle de natalidade, ofertando assim, um acesso integrativo à saúde.

Em suma, Trindade *et al* (2021), conclui que os enfermeiros são profissionais indispensáveis na organização do SUS, principalmente quando se existe falhas na sistematização dos serviços de saúde, podendo ser pela falta de métodos contraceptivos ou pela a dificuldade de acesso, sobretudo, na atenção primária, pois é nesse âmbito em especial, que se pode promover ainda mais a saúde sexual e reprodutiva, além de realizar um trabalho de prevenção de diversas doenças que afetam a sociedade. Logo, as atribuições desses colaboradores devem ser significativas para a realização da sua atuação no processo do planejamento familiar e reprodutivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe à luz sobre a complexidade e a importância do uso dos contraceptivos hormonais no planejamento reprodutivo, alcançando o objetivo de discutir a respeito da responsabilidade do enfermeiro na prescrição desses reguladores de natalidade e no desenvolvimento da programação reprodutiva na atenção primária. Dessa forma, a pesquisa evidenciou que a atuação do enfermeiro é fundamental na orientação dessas mulheres, considerando suas particularidades clínicas e preferências pessoais, reforçando a importância de uma abordagem individual e informativa por parte desses profissionais.

Por outro lado, os resultados indicam que, apesar dos avanços nas políticas de saúde, ainda persistem lacunas no entendimento e na utilização adequada dos métodos contraceptivos. Ressalta-se ainda, sobre a importância da formação contínua dos profissionais de enfermagem, juntamente com protocolos bem definidos, para assegurar a promoção da saúde reprodutiva e sexual. As desigualdades sociais e a interrupção no uso dos contraceptivos foram apontadas como desafios que demandam atenção e intervenções específicas.

Em suma, é importante destacar que futuras investigações podem focar em intervenções educativas que abordem sobre a eficácia dos reguladores, e também os riscos que os anticoncepcionais hormonais podem trazer à saúde, além de se aprofundar sobre a percepção dos enfermeiros na prescrição desses fármacos durante o acompanhamento individualizado e personalizado, que deve ser ofertado nas consultas de enfermagem para essas mulheres. Logo, a integração de abordagens interdisciplinares, que incorporam os aspectos psicológicos e sociais, podem fortalecer ainda mais a autonomia das mulheres em suas escolhas reprodutivas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda Gontijo; ABREU, Mery Nataly Silva; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. *Mix* contraceptivo e fatores associados ao tipo de método usado pelas mulheres brasileiras: estudo transversal de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt229322>. Acesso em: 20 out. 2024.

BOMFIM, Vitoria Vilas Boas da Silva et al. WOMEN 'S GYNECOLOGICAL HEALTH: CURRENT APPROACHES AND FUTURE PERSPECTIVES. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 12, p. 853-866, 18 jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i12.12764>. Acesso em: 20 out. 2024.

BOTELHO, Thalita Vital; BORGES, Ana Luiza Vilela. Desfechos da inserção do Dispositivo Intrauterino de Intervalo por obstetrizas e enfermeiras obstetras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 5, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0286pt>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRITO, Milena Bastos; NOBRE, Fernando; VIEIRA, Carolina Sales. Contracepção

hormonal e sistema cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 96, n. 4, p. e 81 e 89, abr. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0066-782x2011005000022>. Acesso em: 20 out. 2024.

CALIMAN, Leonardo Pandolfi *et al.* O impacto do uso de métodos contraceptivos orais na função sexual de mulheres em idade reprodutiva. **Femina**, v. 51, n. 5, p. 299-308, 2023. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/10/1512411/femina-2022-515-299-308.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

COFEN | Parecer de Conselheiro Federal N° 3/2023/PROGER/DPAC/SPC/COFEN | **Cofen**. 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/parecer-de-conselheiro-federal-no-3-2023-proger-dpac-spc-cofen/>. Acesso em: 9 set. 2024.

DA SILVA CARRIAS, Daniela Teresa *et al.* Efeitos adversos associados a uso de contraceptivos orais em discentes. **Revista Sócio Brasileira de Clínica Médica**, v. 17, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/view/706/376>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DA SILVA, Daniela Diniz Martins da; DOS ANJOS, Elisa Costa Versiani; DINIZ, Mucio Barata. Efeitos adversos e a descontinuação do uso de anticoncepcionais orais. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 6, n. 8, p. 22-27, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/152>. Acesso em: 7 set. 2024.

FERREIRA, Darlisom Sousa; RAMOS, Flavia Regina Souza; TEIXEIRA, Elizabeth. *Nurses' educational practices in Family Health Strategy*. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0045>. Acesso em: 06 de Out. 2024

FERREIRA, Laura Fernandes; D'AVILA, Adelaide Maria Ferreira Campos; SAFATLE, Giselle Cunha Barbosa. O uso da pílula anticoncepcional e as alterações das principais vias metabólicas. **Femina**, v. 47, n. 7, p. 426-32, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1046533/femina-2019-477-426-432.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

FREITAS REZENDE, João Weliton; DE ASSIS VITORINO, Keila. O USO DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS COMBINADOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE ADOLESCENTES COM ENDOMETRIOSE. **Revista Científica FAEMA**, v. 10, n. 1, p. 93-105, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31072/rcf.v10iedesp.776>. Acesso em: 06 out. 2024.

GALVÃO, José Jorge da Silva *et al.* AUTONOMIA DO ENFERMEIRO NO EXERCÍCIO DAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. **Enfermagem em Foco**, v. 15, Supl 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707x.2024.v15.e-202415supl1>. Acesso em: 23 Agosto. 2024.

MARTINS, Débora Cristina *et al.* Avaliação dos atributos da Atenção primária à Saúde com mulheres em idades reprodutivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0015>. Acesso em: 16 Set. 2024.

MAURO, Adriéli Donati; CUCOLO, Danielle Fabiana; PERROCA, Marcia Galan. AÇÕES DO ENFERMEIRO PARA CONTINUIDADE DO CUIDADO NA ATENÇÃO

PRIMÁRIA EM SAÚDE: ESTUDO DE VALIDAÇÃO. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2023-0058pt>. Acesso em: 18 Agosto 2024.

MELO, Celia Regina Maganha e. *et al.* Uso de métodos contraceptivos e intencionalidade de engravidar entre mulheres usuárias do Sistema único de Saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3451.3328>. Acesso em: 09 de Set. 2024.

MONÇALVES, Kelvin Leandro Marques *et al.* Escolha da contracepção hormonal por mulheres assistidas na atenção primária: fatores limitantes e medo. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 22, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v22i0.65836>. Acesso em: 20 Set. 2024.

MORAES, Luisa Penso *et al.* Análise do perfil das estudantes de uma universidade de Curitiba acerca do uso de métodos contraceptivos / *Profile analysis of students at a university from Curitiba about the use of contraceptive methods*. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v. 65, n. 1, p. 1, 28 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2020.65.025>. Acesso em: 20 Agosto. 2024.

NASCIMENTO, Henrique Eduardo Silva do; COSTA, Aurélio Antônio Ribeiro da. Conhecimento, atitude e prática dos médicos residentes de ginecologia e obstetrícia de Pernambuco sobre anticoncepção. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 47, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.4-2023-0096>. Acesso em: 28 Set. 2024.

OLIVEIRA, Iria Barbara de *et al.* Ações inovadoras desenvolvidas por enfermeiras na Atenção Primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0782>. Acesso em: 09 de Set.2024.

RAMOS, Débora Figueira *et al.* Consulta de enfermagem em planejamento reprodutivo: validação de cenário e checklist para o *debriefing*. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022ao0296345>. Acesso em: 16 Set 2024.

RESOLUÇÃO COFEN Nº 690/2022 | **Cofen**. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022>. Acesso em: 28 Set. 2024.

RODRIGUES, Alessandra Lacerda *et al.* Saúde reprodutiva e multiparidade: representações sociais e acesso ao planejamento reprodutivo. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, v. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2446-5682.20230274>. Acesso em: 16 Set. 2024.

RODRIGUES, Gabrielle Almeida *et al.* Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil. **Cogitar Enfermagem**, v. 28, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZPbtrFNMH67KFFfM/>. Acesso em: 9 set. 2024.

SANTOS, Francisco de Assis Viana dos, *et al.* Construção e Validação de Instrumento sobre Uso de Contraceptivos Hormonais Orais. **Revista Cuidarte**, v. 12, não. 3, 10 conjuntos. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.1970> . Acesso em: 18 Agosto. 2024.

SOUZA, Mariana Silva *et al.* Anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais no organismo feminino: uma revisão integrativa. **Journal of Education**

Science and Health, v. 2, n. 2, p. 01-11, 19 jun. 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.52832/jesh.v2i2.114>. Acesso em: 06 out. 2024.

TRIGUEIRO, Tatiane Herreira *et al.* Acompanhamento da inserção de dispositivos intrauterinos de cobre por enfermeiros e médicos: estudo longitudinal e prospectivo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, suppl 4, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0156>. Acesso em: 18 Agosto. 2024.

TRINDADE, Raquel Elias da *et al.* Uso de contracepção e desigualdades no planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, suppl 2, p. 3493-3504, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.24332019>. Acesso em: 16 Set. 2024